I – INTRODUÇÃO

A questão ambiental é um tema que atualmente tem sido muito discutido por profissionais como professores, ambientalistas entre outros, visto que cada vez mais os recursos naturais estão ficando escassos. A falta de informação do homem sobre a utilização dos recursos naturais do ambiente faz com que muitas ações venham ser tomadas a fim de minimizar o grande impacto e degradação que o meio ambiente vem sofrendo, possibilitando ao homem viver durante muitos séculos na terra.

Durante algumas décadas o crescimento econômico foi visto como uma forma ideal de progresso. Um país economicamente industrializado era um país desenvolvido. No entanto, esse progresso trouxe não só o desequilíbrio ambiental, mas também a fome, a miséria e a desigualdade social. O crescimento tecnológico e o aumento da concentração de capital acabaram gerando um desequilíbrio social, mudando de desenvolvimento para subdesenvolvimento. As águas passaram a ser contaminadas pelo uso inadequado das tecnologias, da mesma forma que os alimentos por uso de agrotóxicos, o consumismo exagerado passou a gerar um aumento desenfreado do lixo, o ar está causando sérios danos à saúde, dentre outras formas de degradação socioambiental que vêm atingindo a população, e que se não fizer o uso consciente dos recursos naturais dos quais dispomos em um futuro próximo poderemos prejudicar as gerações futuras.

Devido a todos os impactos causados ao planeta, fez-se necessário o surgimento de uma postura ética para adequar o crescimento econômico ao o uso dos recursos naturais, uma vez que estes são limitados e se não forem utilizados de forma racional poderão ser esgotados e consequentemente prejudicar a vida na Terra.

A maior forma de intervir no comportamento humano em relação ao meio ambiente é pela educação e conscientização da população. Sendo assim, a Educação Ambiental surge com essa finalidade, de intervir no comportamento e despertar no aluno o senso crítico diante das questões ambientais para que estes possam se transformar em cidadãos conscientes.

Ao falar de Educação Ambiental é necessário fazer um retrocesso na história e analisar como que o homem adquiriu um caráter individualista e destruidor em relação ao meio ambiente. Após a Revolução Industrial houve um crescimento econômico e populacional que fomentou uma revolução tecnológica e um consumismo exacerbado, levando o homem a assumir um papel extremamente egoísta e alienante mediante sua relação com o meio ambiente. Logo a preocupação com as questões ambientais começou a se ampliar a partir da Revolução Industrial que intensificou a apropriação dos recursos naturais pelos meios de produção. Isto fez com que a problemática ambiental ganhasse grande

destaque no cenário mundial, principalmente, na segunda metade do século XX, cuja maior expressão é o surgimento do movimento ambientalista. Natureza, terra, espaço devem compor o processo de desenvolvimento como elementos de sustentação e conservação dos ecossistemas. A degradação ou destruição de um ecossistema compromete a qualidade de vida da sociedade, uma vez que reduz os fluxos de bens e que a natureza pode oferecer à humanidade.

Com isso, a Educação Ambiental tem por objetivo informar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas (e possíveis soluções) existentes em sua comunidade, buscando transformar essas pessoas em indivíduos críticos que participem das decisões sobre seus futuros, exercendo desse modo o direito à cidadania, instrumento indispensável no processo de desenvolvimento sustentável. E uma das formas mais eficientes de conscientizar a população é por intermédio das escolas, mais precisamente pela ação direta do educador com o aluno, despertando o interesse em preservar e cuidar do meio ambiente.

A partir das pesquisas bibliográficas este trabalho tem por objetivo destacar a atuação dos Economistas Domésticos em relação à educação ambiental, evidenciando como o tema está implicitamente ligado às disciplinas do curso de Economia Doméstica.

II-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1- A idéia de progresso e desenvolvimento

Para dar início ao que chama-se de progresso, fez-se necessário fazer uma pequena abordagem sobre a relação do homem com a natureza em que este está inserido.

A partir das leituras de Lenoble (1969), pode-se definir natureza como "o conjunto das coisas que existem naturalmente pelas forças da natureza, de modo natural". A natureza durante o decorrer de alguns séculos passou a ter um novo sentido, no qual designava a natureza como "um princípio considerado produtor de desenvolvimento", teve esse sentido na tentativa de compreender o mundo.

Para o autor, o primeiro contato do homem coma natureza foi o de um ser vivo, isolado, fraco, desprovido de tudo e rico de necessidades com um imenso. O homem passa assim a se apoiar na natureza e se considera o seu dono. (LENOBLE, 1969).

O homem começou a se considerar um ser dominante sobre a natureza, sendo esta algo que ele possa controlar e modificar a partir das tecnologias e dos avanços científicos. Ele começa a observar o poder que tem de dominá-la. A Terra, concebida como fonte inesgotável de riquezas, não existe mais. É absolutamente necessário repensá-la nas suas relações com o homem, no contexto do bem estar do homem de hoje e na perspectiva do futuro da humanidade.

Tendo em vista todos os problemas ambientais que o planeta vem sofrendo, é necessário entender sob o olhar de alguns autores[1], como a visão de progresso econômico interferiu na desestabilidade da natureza.

Durante algumas décadas e até os dias atuais o sistema capitalista julga como forma de desenvolvimento o crescimento econômico, onde o futuro é sinônimo de mais produção. Na perspectiva de Buarque (1990), a idéia de progresso nesse sistema está vinculada ao movimento acelerado da economia que não se preocupava com os efeitos drásticos que esse modelo de desenvolvimento poderia afetar o equilíbrio ecológico e a população, aumentando a desigualdade, o nível de poluição, uso inadequado dos recursos naturais, entre outros.

O progresso visto de uma forma generalizada visa à acumulação de capital e um grande acervo tecnológico capaz de acelerar o processo produtivo em alta velocidade. A visão de progresso surgiu e se espalhou apenas como um tipo de progresso, o progresso econômico, que era constatado com o aumento da produção material (BUARQUE, 1990:48).

[1] Cristovam Buarque (1990), Fritjof Capra (1982), Mauro Guimarães (2004) e Gilberto Dupas (2010).

A visão de Dupas (2007) sobre o progresso é semelhante à de Buarque (1990). Para esse autor a capacidade de produzir mais e melhor é concebida como sinônimo de progresso disseminado pela globalização. Mas esse progresso gera também a exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais. Ainda para Dupas, a consequência desse processo foi uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos grandes países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do mundo.

> Para vários importantes cientistas, a ameaça mais grave à Humanidade nesse início de século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente, decorrente da lógica da produção atual e da direção dos seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso global (DUPAS, 2007. sp).

Para Guimarães (2004), a modernização é um processo de mudança, na qual as sociedades criam novas formas de produção em que a urbanização, industrialização, o desenvolvimento tecnológico e os sistemas de comunicação são alguns fenômenos característicos desse processo. Essas mudanças são acompanhadas pelos diversos impactos que esse "modelo de progresso" causa ao meio ambiente, uma vez que esse modelo irá privilegiar os interesses econômicos, sendo deixado de lado à preocupação ambiental. Ainda para este autor, a crescente concentração de capital gera uma crescente desigualdade social, sendo o que seria para ser concebido como desenvolvimento acaba se tornando subdesenvolvimento.

Na visão de Buarque (1990:33), a velocidade com que ocorrem o fenômeno de destruição do meio ambiente e a depredação dos recursos ambientais não renováveis é maior do que o avanço tecnológico, "A continuarem no mesmo ritmo, o crescimento econômico e o avanço técnico, tudo faz prever o ponto de saturação no processo industrial, tanto o lado de fontes básicas de matérias-primas, quanto o lado da poluição do meio ambiente".

Na perspectiva de Capra (1982), começou-se a se ter uma maior preocupação com as questões ecológicas e sociais, uma vez que o progresso e as tecnologias estavam degradando cada vez mais o meio ambiente, apontando assim os limites para o crescimento, defendendo uma nova ética ecológica e desenvolvendo tecnologias mais "brandas". Tendo em vista esse processo, fez-se necessário o aparecimento de uma postura ética para adequar o crescimento econômico ao uso dos recursos naturais.

Logo para Buarque (1990), é necessário compor a lógica que defina uma economia com propósitos éticos para a civilização, devendo assim construir três saberes básicos para a construção dessa lógica, na qual ele argumenta:

> A definição de uma ética, que explicite os valores que servirão de premissas para o principio de ampliação do horizonte de liberdade; uma Teoria Econômica, subordinada à Ética, formulando uma racionalidade para a produção dos objetivos dos homens; e a Ecologia, subordinado o universo dos homens e seus produtos à permanência de um equilíbrio do meio ambiente (BUARQUE, 1990: 35).

Ainda seguindo as idéias de Buarque (1990), a economia passará a agregar valores de uma nova economia, centrada na preocupação com as perdas ecológicas sofridas nesse processo de desenvolvimento, na qual ele cita através algumas linhas de pensamento. Uma delas visa que o produto final gerado pela economia deve levar em conta o patrimônio cultural, inclusive a natureza, devendo ser vista a sua destruição como uma perda, quando esta se der por causa do processo econômico. A incorporação, na perspectiva econômica, do valor da natureza no uso eficiente dos seus recursos não renováveis de forma que se esgotem.

Seguindo o pensamento em relação a princípios éticos, Buarque (1990) diz que ao longo dos anos exigirá um modelo de desenvolvimento racional, com isso ele afirma:

> O que se precisa é avançar na crítica de nosso propósito, formular objetivos éticos para a nação, definir novo modelo de bem-estar, saindo da visão que objetiva apensa o aumento do consumo, para levar em conta o aumento do patrimônio global, com uma nova racionalidade econômica que transformará a outra bomba "em uma bomba libertadora (BUARQUE, 1990:62)".

O grande desafio do século XXI é promover mudanças nos valores que atualmente determinam a economia global e chegar a um sistema que visa à dignidade humana e a sustentabilidade ecológica. Segundo Capra (1982), os seres humanos estão ligados à natureza e isso mostra a importância de organizar o mundo de acordo com as crenças e valores, valores estes que não visem à idéia de acumulo de riqueza como forma de desenvolvimento, e isso não só para o bem estar da Humanidade na terra, mas para sobrevivência e sustentabilidade como um todo.

2.3- Degradação ambiental

Os seres humanos necessitam do meio ambiente para sua sobrevivência, e para isso utilizam-se dos recursos naturais da Terra. Porém sua postura egocêntrica tem levado a degradação do meio de forma desenfreada e em conseqüência disto o aumento da miséria, da fome, do desemprego, da degradação do ambiente (ADAMS, 2005). Para que se possa dar início ao trabalho, é necessário entender os problemas precursores e as conseqüências que o nosso planeta vem sofrendo, uma vez que o processo de industrialização e o processo de desenvolvimento acelerado estão intimamente interligados com o uso inadequado dos recursos naturais, levando à degradação ambiental.

Para Buarque (1990), a degradação ambiental é uma das principais conseqüências relacionadas ao modelo de produção encontrada atualmente, que está vinculado ao padrão de consumo. Logo esse padrão de consumo irá determinar o grau de impacto que o meio ambiente vem sofrendo. Já na linha de pensamento de Capra (1982), a tecnologia industrial e o crescimento populacional têm contribuído para a degradação do meio ambiente do qual dependemos para a nossa sobrevivência, deixando assim o nosso bem-estar e a nossa saúde comprometidos. Vale ressaltar ainda que a responsabilidade pela degradação do meio ambiente é quase total dos países industrializados. Para Guilherme (2007), alguns países contribuem negativamente para acelerar esse processo, com ações de desmatamento que contribuem para o efeito estufa, depleção da camada de ozônio e perda de biodiversidade. No entanto, devemos nos conscientizar que a responsabilidade pelos desastres ecológicos também é de todos, devendo assim cada um fazer a sua parte para amenizar os danos causados ao meio ambiente.

A degradação do meio ambiente tem refletido na vida da população. As práticas de queimadas, a utilização de agrotóxicos nos alimentos, poluição das águas, do ar e o acumulo desenfreado do lixo têm acarretado sérios problemas para o meio em que vivemos, diminuindo assim a qualidade de vida da população.

Pode-se observar que atualmente há uma destruição em grande escala das terras para o plantio, das comunidades florestais, da atmosfera, dos mananciais de água e dos conseqüentes processos degradadores como: erosão em margens de rios; poluição industrial; exploração dos recursos naturais; deterioração das condições ambientais; problemas sanitários; desmatamentos; efeito estufa; aquecimento global; chuva ácida; buracos na camada de ozônio, enfim uma serie de impactos com amplitude em todo o mundo (SILVA, 2008). Ainda na linha de pensamento de Silva, o manejo inadequado, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas, é uma das principais causas da degradação.

Para Buarque (1990), o Brasil se encontra no momento em uma crescente insatisfação, diante da degradação da vida nacional, que para o autor, pode ser manifestada em sete níveis. O primeiro diz respeito à degradação social, na qual separa a sociedade em duas, invibializando a formação de uma nação. O segundo refere-se à degradação ambiental, mostrando um caminho do país à depredação ambiental. O terceiro é observado pela degradação das relações do país com o exterior, em função de um modelo economicamente dependente de capital, tecnologia, tornando o país submisso ao capital estrangeiro. O quarto nível mostra a degradação cultural da população, na qual e dominada por uma camada elitizada sem compromisso com a realidade do país. O quinto coloca a degradação política, que para o autor enfrenta uma instabilidade social, em função de dividas e desajustes, nos quais a inflação monetária é uma dos exemplos. O sexto refere-se à degradação do aparelho do Estado que entra em colapso financeiro, político e administrativo. E o sétimo faz referencia à consciência, que vê o país não com um futuro brilhante, mas sim um país com futuro trágico e deformado. Com isso percebe-se que o país avançou tecnologicamente e economicamente, porém continua pobre, independente, sem saúde e depredando-se cada vez mais.

Na visão de Guilherme (2007), a pobreza pode significar uma das causas e resultado da degradação ambiental, com o aumento da ocupação desenfreada de áreas de riscos, a favelização, incluindo assim a falta de água e saneamento básico nas periferias.

A degradação ambiental vem crescendo aceleradamente nas últimas duas décadas, sendo em muitas das vezes resultado do crescimento econômico, do descaso e insensatez do poder público e pela falta de conscientização da população em relação à importância da proteção dos recursos naturais para a qualidade de vida na Terra.

Há quatro fatores principais que tornam a civilização insustentável a médio e em longo prazo, na visão de Rohde (1998). Os principais são: o crescimento populacional humano exponencial; redução dos recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética; e sistemas de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

O ser humano precisa se convencer de que os recursos naturais dos quais dispomos são finitos, logo é necessário o ser humano viver harmoniosamente com a natureza, uma vez que esses recursos podem se esgotar e comprometer o bem estar das futuras gerações. Por conta disso, a proteção dos recursos naturais é fundamental para a melhoria de qualidade de vida das presentes e futuras gerações. O primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população através da educação (SILVA, 2008).

Com isso, pode-se citar, dentre muitas formas de degradação do meio ambiente uma das que mais tem se visto comentar atualmente. Como o aumento do lixo, efeito estufa, poluição dos solos, das

águas, dos alimentos, desequilíbrios ambientais, dentre muitas causas que vêm prejudicando a vida na terra.

2.3.1- Aumento da produção de lixo

A produção de lixo tem se tornando um problema universal, pois depositados em locais abertos e impróprios estão contaminando os solos e são veículos de diversas doenças para a população. O lixo tem uma grande relação com o sistema produtivo e o consumo, pois os avanços tecnológicos estão fazendo com que a população consuma cada vez mais, deixando os produtos mais descartáveis e com pouca durabilidade, interferindo assim diretamente na produção de lixo, (THOMAZ, 2009:144). Ainda nessa visão, a indústria tem relação com a produção do lixo, pois gera dejetos que altera a composição do lixo domiciliar, não sendo composto apenas de material orgânico, mas de vidros, plásticos, metais, etc. "Não é difícil reconhecer que o gigantismo da engrenagem produtiva nos faz assimilar, com certa facilidade, que a produção de bens e mercadorias de todas as origens e formas estão associadas à produção de lixo" (THOMAZ, 2009:149).

Uma das alternativas mais utilizadas hoje em dia para reduzir o acúmulo de lixo, é a reciclagem. A reciclagem trata o lixo como matéria-prima que é reaproveitada para fazer novos produtos e traz benefícios para todos, como a diminuição da quantidade de lixo enviada para aterros sanitários, a diminuição da extração de recursos naturais, a melhoria da limpeza da cidade e o aumento da conscientização dos cidadãos a respeito do destino do lixo. Além de trazer benefícios para o meio ambiente a reciclagem, está diretamente relacionada com o aumento da renda e do emprego, uma vez que esses lixos são coletados por catadores que irão vender esse material e gerar uma renda.

Não podemos deixar de citar a grande diferença entre aterro e lixão. O aterro sanitário é um espaço que recebe o lixo domiciliar, na qual passa por um tratamento permitindo ao lixo um confinamento seguro, em termos de controle da poluição ambiental e proteção ao meio ambiente. Já os lixões não atendem a nenhuma norma de controle, o lixo é depositado de qualquer maneira sem nenhum tratamento e acaba causando inúmeros problemas ambientais. Além de atrair ratos, que são causadores de diversas doenças, as substâncias que saem do lixo, acabam contaminando o solo e os lençóis freáticos.

2.3.2- Poluição atmosférica e efeito estufa

Em relação à poluição atmosférica, ela não só afeta os seres humanos como também atinge os sistemas ecológicos, afetando e matando várias espécies de plantas, e essas drásticas mudanças vegetais podem afetar também a população animal que depende da planta (CAPRA, 1990).

Ainda na linha de Capra (1990), além da poluição atmosférica, outro fator ameaça a nossa saúde, como a água e os alimentos, pois estes estão sendo cada vez mais contaminados por uso produtos químicos, agrotóxicos, entre outros. A poluição do ar, das águas e dos alimentos vem sofrendo com os efeitos diretos da tecnologia humana sobre o meio ambiente.

O efeito estufa tem colaborado cada vez mais para o aumento da temperatura na Terra. Já se pode afirmar que em um futuro próximo, o aumento da temperatura poderá provocar aumento do nível do mar. O efeito estufa é gerado pela derrubada de florestas e pela queimada das mesmas, pois são elas que regulam a temperatura, os ventos e o nível de chuvas em diversas regiões. Como as florestas estão diminuindo no mundo, a temperatura terrestre tem aumentado na mesma proporção. Já se pode prever que os problemas causados pelo efeito estufa, irão refletir sobre a vida na Terra. Muitas espécies de vegetais e animais poderão ser extintos. Várias alterações climáticas como, enchentes, tufões, furacões entre outro, poderão ocorrer com mais intensidades, e estas alterações poderão influenciar negativamente na produção agrícola de vários países, podendo assim reduzir a quantidade de alimento em nosso planeta.

Pensando nesse problema, alguns países e seus representantes já estão tomando medidas cabíveis para reduzir a poluição ambiental e a emissão de gases na atmosfera, assim como algumas medidas têm sido utilizadas para que tenha essa diminuição de gases. Muitos automóveis já estão utilizando gás natural como combustível. No Brasil, por exemplo, temos milhões de carros movidos a álcool, combustível não fóssil, que poluí pouco. Testes com hidrogênio têm mostrado que num futuro bem próximo, os carros poderão andar com um tipo de combustível que lança, na atmosfera, apenas vapor de água.

2.3.3- Poluição das águas

A água é um recurso fundamental para a subsistências e necessidade de todas as formas de vida no planeta. Porém esse recurso indispensável vem sofrendo com a grande falta de consciência com o seu uso.

Diversas são as fontes de poluição que contaminam os seus recursos hídricos, como as práticas agrícolas inadequadas, industriais e comerciais, assim como, os dejetos e lixos domiciliares lançados nos rios pelos seres humanos (FURRIELA, 2001).

Além da poluição, devemos frisar que a água é um recurso natural que pode ser considerado finito, pois o seu uso irracional poderá ser esgotar no futuro. As pessoas precisam se conscientizar desse problema para que possam fazer uso desse bem sem desperdiçá-lo. Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), menos da metade da população mundial tem acesso à água potável. A irrigação corresponde a 73% do consumo de água, 21% vai para a indústria e apenas 6% destina-se ao consumo doméstico.

O acesso à água de boa qualidade e em quantidade adequada está cada vez mais difícil para algumas regiões do planeta, e está relacionada diretamente saúde da população. Pois as doenças, em sua maioria, têm sua origem na água contaminada.

2.4- Sustentabilidade

Antes de falar sobre sustentabilidade, é importante entender como surgiu esse conceito tão discutido nos dias atuais.

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; em um lado aumentou a riqueza e os bens de uma pequena parcela da população, por outro lado, consequentemente aumentou a miséria, a degradação ambiental e a poluição. Diante desta constatação, consolida a idéia do Desenvolvimento Sustentável que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Conforme explicita ABREU (2008), o termo sustentabilidade aplicado à causa ambiental surgiu na década de 1980 por Lester Brown, que foi o fundador do Wordwatch Institute. A definição que acabou se tornando um padrão seguido mundialmente. Diz que uma comunidade é sustentável quando satisfaz plenamente suas necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam.

Ainda nessa perspectiva Jacobi (2003), afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu para enfrentar a crise ecológica, ele ainda enfatiza a importância de inverter a tendência auto-destrutiva dos processos de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz a necessidade do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (BRUSEKE, 1998). Já na visão de Abreu (1998), pode-se dizer que o conceito de sustentabilidade

representa promover a exploração de áreas ou recursos naturais de formas a prejudicar menos o equilíbrio entre o meio ambiente e a população humana.

Segundo Cavalcanti (1998), a busca pela sustentabilidade resume-se a questão de se atingir a harmonia entre os seres humanos e a natureza, para que assim os recursos naturais não se esgotem.

O desenvolvimento sustentável vai além da ecologia, para Guilherme (2007), a redução da pobreza mundial é o objetivo primordial para o desenvolvimento sustentável. E ainda seguindo os pensamentos de Guilherme, podemos destacar oito dimensões de sustentabilidade, a sustentabilidade planetária, é a necessidade de políticas integradas para a reversão dos processos de degradação ecológica e ambiental, como redução do efeito estufa, redução das taxas de desmatamento, entre outras.

A sustentabilidade ecológica tem por objetivo a conservação e o uso racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis. A sustentabilidade ambiental trabalha com a capacidade da natureza absorver e recuperar as agressões. Guilherme cita que uma diferença entre a sustentabilidade ecológica e ambiental é que a ecológica trabalha com taxas de recomposição e de substituição e a ambiental com as de recuperação e regeneração. A sustentabilidade demográfica inclui como critério de política pública os impactos demográficos. A sustentabilidade cultural prioriza a manutenção da diversidade, tanto relativos à minoria social quanto aos aspectos de cultura agrícola. A sustentabilidade social está relacionada com a qualidade de vida da população, políticas públicas voltadas para educação, saúde, habitação, etc. A sustentabilidade política busca pelo processo de democratização, base para a construção da cidadania e da incorporação dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. E por último, a sustentabilidade institucional, traduz-se por impostos de consumo ambiental, taxação de emissões, entre outros.

A valoração econômica deve estar subordinada a valores sociais e à ética do desenvolvimento, para que não se perca de vista que o objetivo principal não é o mercado e sim a melhoria da condição de vida dos seres humanos (GUILHERME, 2007). Logo, um desenvolvimento que esteja apenas focado no crescimento econômico que ignore os aspectos ambientais e as questões sociais, não deve ser considerado desenvolvimento, pois estará sendo designado apenas como um crescimento econômico.

Ainda sob o ponto de vista de Guilherme (2007), para alcançar um desenvolvimento sustentável deve-se introduzir mudanças de estilo de vida, de modos de consumo e de produções, recorrendo a técnicas industriais respeitosas e que não venham poluir ou agredir o meio ambiente.

E pensando nesse modelo de desenvolvimento sustentável faz-se necessário à adoção de hábitos de consumo que vise a sustentabilidade, uma vez que as sociedades atuais têm proporcionado e induzido cada vez mais os cidadãos a um alto padrão de consumo.

2.4.1 Consumo Sustentável

O consumo atualmente também tem se considerado uma das grandes causas para a degradação do meio ambiente. Para Giacomini (2008), o comercialismo é um fator que agrava ainda mais os impactos ambientais ocorrido, uma vez que este contribui para a exploração dos recursos naturais para a industrialização, bem como o aumento do lixo e da poluição como resultado do desperdício e do consumismo. Refletindo sobre esses problemas, torna-se cada vez mais importante a necessidade de esclarecer a importância do consumo sustentável perante os consumidores.

Entende-se por consumo sustentável, o consumo de bens e serviços promovido com respeito aos recursos ambientais, que se dá de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. A promoção do consumo sustentável depende da conscientização dos indivíduos da importância de tornarem-se consumidores responsáveis. Depende ainda de um trabalho voltado para a formação de um "consumidor-cidadão" (MASCARENHAS, 2008). Ainda nessa perspectiva Gomes (2006) também caracteriza consumo sustentável assim como Mascarenhas, dizendo que o consumo sustentável, que nasce da mudança de atitude dos consumidores e da sociedade em geral, é a forma de consumo que utiliza os recursos naturais para satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

O comportamento do consumidor pode refletir no meio ambiente, de acordo com Gomes (2006):

> A atuação do consumidor no mercado pode ter reflexos positivos ou negativos sobre a economia, o meio ambiente e o comportamento das empresas. De maneira que o consumidor tem a responsabilidade de usar esse poder não apenas em benefício próprio, mas para o de toda a coletividade, e isso só será possível através da formação de uma nova consciência, construída através da educação ambiental.

O consumidor possui um grande poder de preservação do meio ambiente, pois este possui o poder de escolha em relação aos produtos disponíveis o mercado. Entretanto, esse poder somente poderá ser efetivamente exercido quando os indivíduos tiverem a consciência de sua existência e, principalmente, de sua força.

2.5- A Educação Ambiental

A Educação Ambiental surge com a finalidade de promover a compreensão da interdependência entre vários setores, como a economia, a política social, a ecologia e a sociedade, tornando a comunidade apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais. Os questionamentos sobre o que fazer com os resíduos das populações humanas torna-se tema dos debates ambientais (FREIRE, 2010). A Educação Ambiental tem assumido a função de transformar (conscientizar), na qual a responsabilidade dos indivíduos vem promover o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a Educação Ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental que se converte em "mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas". O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza. (JACOBI, 2003).

A Educação Ambiental é regida pela Lei n° 9795 (BRASIL, 1999), sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 27 de abril de 1999, Art. 1°, que define Educação Ambiental como:

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A Educação Ambiental deve incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do meio ambiente, entendendo assim a defesa da qualidade ambiental como um exemplo fundamental de cidadania.

Para Mininni, (citado por Effting, 2007), a Educação Ambiental deve propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente. Esclarecer valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Na linha de pensamento de Guimarães (2004), a Educação Ambiental presente nas escolas, irá estar a serviço das condições sociais, transformando e educando a sociedade para um futuro melhor. A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Para Ferreira (2002), os processos pedagógicos relativos à Educação Ambiental caracterizam-se, principalmente, na participação. A participação é um aprendizado, cabendo à Educação Ambiental resgatar valores humanos como solidariedade, ética, respeito pela vida, honestidade, responsabilidade, entre outros. Desta forma, irá favorecer uma participação responsável nas decisões de melhoria da qualidade de vida, do meio natural, social e cultural.

2. 5.1- O surgimento da Educação ambiental

Com o decorrer histórico da sociedade percebe-se que o ser humano, durante sua trajetória, utilizou-se da ocupação e uso total da terra. No início, o homem sobrevivia de uma economia de subsistência, onde se produzia somente o que necessitava para viver, período este em que a sociedade vivia em paz com a natureza. Contudo, o homem desenvolveu-se, grandes descobertas foram feitas, houve um grande progresso industrial e então uma nova relação comercial passou a existir surgindo à sociedade capitalista. Ao longo dos tempos, tal sociedade adotou um comportamento predatório e extremamente consumista com relação à natureza gerando desequilíbrio ambiental. (FERREIRA, 2008).

Foi a partir da década de 50 que surgiram os primeiros movimentos que evidenciaram uma preocupação com o meio ambiente, sendo que, em 1947, é fundada a UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza, na Suíça. De acordo com Guimarães (citado por Adams, 2005), a partir daí começaram a ocorrer as manifestações e ações para o desenvolvimento de uma consciência ambiental. Em 1968, foi criado o Clube de Roma, que reuniu cerca de trinta (30) indivíduos, representantes de 10 países. Esses indivíduos discutiam assuntos ambientais ocorridos na época, na tentativa de buscar em uma solução para a crise ambiental que vivenciavam, deixando em evidencia a grande preocupação com o futuro da humanidade. Ainda conforme Guimarães (2000), após quatro anos da criação do Clube de Roma, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para Defesa do Meio Ambiente Humano, no dia 05 de junho de 1972 (data que hoje corresponde ao Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia), em Estocolmo, na Suécia. Nesse importante evento, foram debatidos temas relevantes relacionados à destruição do meio ambiente, por diversos países.

O tema Educação Ambiental surge na década de 1960 durante uma conferência sobre educação na Universidade de Keeler, Grã Bretanha. Nesta década o mundo todo enfrenta uma grave crise ambiental, resultado do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos: um quadro devastador de perda da cobertura vegetal, envenenamento dos rios nos centros urbanos e crescente

índices de poluição atmosférica. Diante deste quadro a Organização das Nações Unidas chamou a atenção do mundo para a crescente crise do ambiente humano (SANTOS, sd).

Ainda nesse contexto histórico, Mininni (citado por Adams, 2005) a educação ambiental só começou a se firmar a partir da conferência de Belgrado, promovida pela UNESCO, em 1975, na Iugoslávia. Nesse encontro, foram formulados os princípios e orientações para o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental. Aos poucos, portanto, a Educação Ambiental começa a se fortalecer, até ganhar maior importância em 1977, com a Conferência de Tbilisi, ocorrida na Geórgia (ex-URSS).

A conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento unidas que aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como Eco-92, nasce o que chamamos de Agenda 21, que é um programa de ação para a implementação dos princípios proclamados pela A Carta da Terra, formulada no Fórum Global (evento paralelo à Eco-92, também conhecida como Rio 92) que reuniu milhares de ONGs (ADAMS, 2005).

Na Rio 92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade. Enfatizam-se os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida.

Segundo Bovo (2007), no Brasil em 1998, a coordenação de Educação Ambiental destacou, em uma de suas seções as principais características da Educação Ambiental na ótica de Tbilisi. Destacando assim:

Processo dinâmico interativo: a Educação Ambiental como um processo permanente no quais os indivíduos e a comunidade toma consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as atividades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir individual e coletivamente, e resolver problemas ambientais;

Transformadora: A Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitude. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências habilidades e atitudes refletirão na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável;

Participativa: a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos;

Abrangente: a importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuadamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que a sua abrangência for atingida na totalidade dos grupos sociais;

Globalizadora: a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global;

Permanente: a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando a sua interrupção. Desperta a consciência, ganham-se um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta;

Contextualizadora: a Educação Ambiental deve atuar diretamente na realidade da comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária (MEC, 1998, p. 31).

De acordo com os autores citados acima, esses foram os principais acontecimentos em nível mundial relacionado ao meio ambiente que incentivaram inúmeras ações ambientalistas e que serviram como impulso para o aparecimento de uma nova maneira de educar.

2.5.2- Educação ambiental como proposta para redução da degradação do meio ambiente.

A Educação Ambiental deve ser encarada como uma forma de minimizar os danos que a sociedade vêm causando ao meio ambiente, levando conhecimento para a população através da conscientização e da educação. A sociedade deve estar ciente dos riscos que o uso inadequado dos recursos naturais pode refletir no futuro, pois o futuro da humanidade vai depender da relação estabelecida entre a natureza e a prática exploratória dos recursos naturais disponíveis pelo homem.

Segundo Pestana (2007),

> Devemos considerar que a Educação Ambiental, para uma sustentabilidade efetiva, necessita de um processo contínuo de aprendizagem, baseado no respeito de todas as formas de vida, afirmando valores e muitas ações que contribuem para a formação social do homem e a preservação do meio ambiente. Nesse processo, levando em conta tais conceitos sobre a temática ambiental, observa-se que há necessidade de uma ação pedagógica direcionada de forma a integrar dialeticamente a totalidade do educando, buscando transformá-lo (PESTANA, 2007.sp).

A Educação Ambiental é aceita, cada vez mais, como sinônimo de educação para o desenvolvimento sustentável ou de educação para a sustentabilidade e, por esse motivo, é imprescindível a inserção de um projeto de Educação Ambiental no currículo escolar de maneira

interdisciplinar em todas as práticas cotidianas da escola, buscando a formação de uma sociedade consciente em face de um desenvolvimento sustentável (PESTANA, 2007).

Com isso torna-se necessário que a educação venha intervir para formar cidadãos conscientemente ecológicos para que possam contribuir em defesa da melhoria da qualidade ambiental. Sendo assim, é de suma importância que o tema Educação Ambiental esteja inserido em um projeto pedagógico nas escolas.

De acordo com Abreu (2010), numa prática educativa voltada para a consciência ambiental, alguns conceitos e deveres devem ser passados às crianças, como por exemplo: como usar os recursos naturais de forma responsável, qual é a importância da natureza na vida do homem, como devem ser separados os resíduos de casa, a questão do consumo consciente, etc.

2.5.3- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Os PCN's são referências de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal. O objetivo é propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor. Os PCNs surgem como uma proposta inovadora e abrangente, que criam novos laços entre o ensino e a sociedade.

Os PCNs são, portanto, uma proposta do MEC para tornar a educação escolar brasileira mais eficiente. São referências a todas as escolas do país para que elas garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade, tendo como objetivos garantir aos alunos acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes.

O trabalho educativo deve criar condições para que as crianças conheçam e descubram sentimentos, valores, idéias, costumes e papéis sociais, tornando assim cidadãos provedores de um meio sustentável. Pensando nessa perspectiva foi elaborado Parâmetros Curriculares Nacionais, que têm como finalidade ampliar e aprofundar o sistema educacional envolvendo assim a escola, os pais, o governo e a sociedade para que possam juntos transformar o sistema educativo brasileiro.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Pretendendo assim criar condições que permitam aos alunos acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (PCNs, 1998).

De acordo com os PCNs (1998), a educação para uma cidadania mais justa requer que questões socais sejam apresentadas para o aprendizado e para a reflexão dos alunos. Com isso, o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais.

De acordo com o PCNs,

> O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo. (PCNs, 1998:17).

Logo, os PCNs devem ser usados pelas escolas para servirem de apoio as discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo da escola, servindo também para auxiliar os professores no planejamento de suas aulas, seleção dos materiais didáticos e de recursos tecnológicos e ainda assim contribuir para formação e atualização profissional.

A escolha dos conteúdos deve incluir questões que possibilitem compreensão e a crítica da realidade, não devem ser apresentados apenas como matéria data para que possam simplesmente passar de ano, os conteúdos devem servir aos alunos como instrumentos de reflexão.

2.5.4- Temas Transversais x Interdisciplinaridade

Por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. São temas que são vividos no cotidiano da sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educandos, devendo ser discutidos e debatidos em diferentes esferas sociais, a fim de buscar alternativas e soluções. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações e de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (PCNs, 1998).

Os temas transversais não constituem novas áreas, mas sim um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados nas áreas já definidas, sendo este inserido nas disciplinas já existentes. A tranversalidade permite que professor e a escola trabalhem com questões envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (PCNs, 1997: 45).

A transversalidade e a interdisciplinaridade diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática.

> A interdisciplinaridade questiona a visão disciplinar da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade e as questões da vida real e de sua transformação, aprender na realidade e da realidade) (PCNs, 1998: 29).

Para Guimarães (2004), é necessário a construção de um ambiente educativo de caráter crítico, a construção do conhecimento busca superar a visão disciplinar, elaborando uma nova interpretação ampliada da realidade, que alcance a interdisciplinaridade e uma melhor visão do todo. Dessa forma o educador ambiental, deve ser capaz de desempenhar articulação entre as diferentes áreas do conhecimento que compõem o saber ambiental.

Com isso o tema Educação Ambiental será trabalhado nas escolas sob forma de temas transversais. No entanto, na prática, pode-se perceber um pouco da dificuldade e da resistência de trabalhar esses temas transversais nas disciplinas pelos professores. A falta de um planejamento e capacitação para estes profissionais trabalharem o tema Educação Ambiental integrando-o em suas disciplinas, dificulta a permanência desse tema nas escolas.

2.6- A escola, o educando e o educador

Este tópico irá tratar como a relação professor aluno, pode contribuir pra a sua formação e seu desenvolvimento. A Educação Ambiental contribui para que os alunos reflitam e assumam uma postura ecologicamente correta, para que possam ser agentes de mudanças de comportamento frente ao meio ambiente. Com isso, pode-se trabalhar uma forma de educação aqui considerada próxima aos princípios da Educação Ambiental. Para iniciar essa reflexão será feita uma pequena distinção entre a educação bancária e a educação libertadora.

Na perspectiva de Freire (1987), o homem deve ser educado para se tornar sujeito da transformação e da realidade a se está inserido, lutando assim pela desalienação, opressão e a liberdade. Assim se verifica a importância de trabalhar a Educação Ambiental seguindo as linhas de Paulo Freire. Na concepção de Freire, a educação bancária é o retrocesso para o que chamamos de educação para a liberdade, é uma forma de educar que se baseia nos princípios de dominação e da alienação através de conhecimento imposto aos alunos, sem dar condições aos alunos de dialogar ou pensar.

De acordo com Paulo Freire,

> O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 1987).

Ainda nesse modelo o educador, se mantém em posições fixas e invariáveis, será sempre a pessoa que detém o conhecimento, o que sabe tudo, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem, esse conceito nega a educação e o conhecimento como processos de busca (FREIRE, 1987). Essa pedagogia é considerada um ato de depositar conhecimentos, transformando o homem em um ser alienado e oprimido, na qual o educador fala e o educando apenas ouve sem ao menos dialogar. Nessa visão de educação bancária não interessa ao educador fazer com que o educando tenha uma visão ampla do mundo e da realidade, é considerada uma educação domesticada. Com isso, o autor comenta,

> Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante (FREIRE, 1987).

Nesse modelo, os professores se julgam os que detêm o conhecimento e os alunos os que nada sabem, com isso não há uma troca, não estimula no aluno a criatividade a consciência critica, "... Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber..." (Freire, 1987). Para Freire (1987), essa educação bancária reflete a estrutura do poder, tornando extremamente difícil o contato dialógico do educador com o educando. O principal objetivo dessa maneira de educar é dificultar a maneira autêntica de pensar do aluno. Freire ainda compara a concepção de saber com a concepção "digestiva" do saber, na qual compara o saber ao alimento, que pelo educador vai sendo introduzido nos educandos, sempre "... é como se fosse o" alimento "que o educador vai introduzindo nos educandos, numa espécie de tratamento de engorda ...". Nessa concepção bancária, cabe ao educador controlar o pensar e a ação do educando, levando os homens a se ajustarem ao mundo, inibindo-os de ser sujeitos pensando e atuantes. Visa mudar a mentalidade do oprimido e não a situação que os oprime *"... de controlar o*

pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo. É inibir o poder de criar, de atuar[..." (FREIRE, 1987).

Para uma educação libertária, o autor mostra que o educar não pode mais simplesmente ter a visão de que os homens são seres "vazios" a quem os educando irão encher de conteúdos e passam a não ser mais visto como seres mecanicistas e manipulados e sim como sujeitos conscientes e transformadores, seguindo assim uma educação dialógica em que ambos tornam-se sujeitos do processo, há uma troca conhecimentos e os educandos passam a ter uma visão mais critica e reflexiva da realidade em que está inserido. Com isso, a educação libertadora vem para transformar a educação que deixa de ser um simples ato de depositar ou transferir conhecimentos (FREIRE, 1987). De acordo com Cabral (2005), o autor chama a atenção para que o educador não aliene mais os educandos nas suas escolhas e sim que lutem pela sua emancipação no mundo, a educação se torna uma constante procura da libertação para a conquista do mundo.

Para Guimarães (2004), a educação é a construção e não apenas reprodução e transmissão de conhecimentos. É a construção de novos caminhos, de novas relações entre a sociedade e a natureza.

Visto essa diferença entre esses estilos de educação, a Educação Ambiental poderá ser trabalhada com os princípios da educação libertadora de Freire, uma vez que a Educação Ambiental transformará hábitos e tem como objetivo conscientizar, sendo os educandos os sujeitos da transformação.

A Educação Ambiental como já foi representada em tópicos anteriores, pode ser articulada de forma a promover mudanças de comportamento e desenvolver um pensamento consciente em relação ao meio ambiente, conduzindo a formação de valores e atitudes para a melhoria da qualidade de vida.

Diante da importância da temática ambiental, destacamos as escolas, que servem de espaços para a implementação de atividades que propiciem reflexão, fazendo-se necessário o desenvolvimento de atividades em salas de aula e atividades de campo que levem ao educando conhecimentos que propiciem mudanças de atitudes e uma visão ética em relação ao meio ambiente. A escola deverá estabelecer vínculos através de ações e propostas pedagógicas numa perspectiva interdisciplinar, criando possibilidades para o desenvolvimento da Educação Ambiental como um todo, a fim de estimular o senso critico, a autonomia, a participação e a autonomia. A escola deve não só estar compromissada a passar os conteúdos estabelecidos no cronograma, mas estar focada em repassar valores, transformando o pensamento e aguçando o pensamento reflexivo dos alunos diante das questões vividas no cotidiano.

A escola deve ser uma instituição social capaz de intervir no desenvolvimento do cidadão. Com isso os PCNs destacam:

> A contribuição da escola, portanto, é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Um projeto pedagógico com esse objetivo poderá ser orientado por três grandes diretrizes:
> • posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente;
> • não tratar os valores apenas como conceitos ideais;
> • incluir essa perspectiva no ensino dos conteúdos das áreas deconhecimento escolar (PCNs, 2008: 24).

De acordo com Effting (2007) dentro da escola devemos encontrar meios para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequencias que não só atinge a si próprio, mas para os outros seres vivos e para o ambiente. E extremamente importante que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas e comportamentos adequados, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa. Ainda na perspectiva de Effting (2007) a escola é um espaço social onde os alunos são sensibilizados para as ações ambientais e fora do ambiente escolar este aluno será capaz de dar continuidade ao seu processo de socialização construindo uma personalidade ambientalmente correta. Na perspectiva de Bovo (2007), a escola deve se transformar orientando-se para a reflexão da temática ambiental, desenvolvendo o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver problemas, construindo conhecimentos, associado às atividades práticas e as experiências pessoais, reconhecendo o conhecimento vivenciado pelos alunos.

> A escola dentro da Educação Ambiental deve sensibilizar o aluno a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando-o a analisar criticamente os princípios que tem levado à destruição inconseqüente dos recursos naturais e de várias espécies. Tendo a clareza que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital. Que as demais espécies que existem no planeta merecem nosso respeito. Além disso, a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência. E, principalmente, que é necessário planejar o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é necessário ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, áreas destinadas à produção de alimentos e proteção dos recursos naturais. (BOVO, 2007,sp).

Educar para a sustentabilidade e a cidadania planetária é o novo desafio da educação, a sociedade atual se vê forçada a pensar sobre a sua existência e os impactos que causa ao ambiente e, sobretudo, suas consequencias se faz necessário discutir a educação sustentável a partir da educação para o consumo consciente, esse é o primeiro passo a sustentabilidade da sociedade como um todo, como argumenta Mascarenhas (2008). Ainda seguindo as idéias desse autor, a Educação Ambiental é

um novo conceito de educação voltada para sustentabilidade do ambiente e da sociedade, sociedade esta que vem sofrendo com os problemas ambientais que podem ser revertidos. Pensando nesse contexto, a Educação Ambiental visa à mudança de hábitos e paradigmas, tendo a escola a importante função de difundir os conhecimentos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Portanto a educação é a única forma reverter esse processo de degradação socioambiental, sendo esta capaz de formar cidadãos conscientes e tornar uma sociedade ambientalmente sustentável.

O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza (JACOBI, 2003). O educador ambiental na escola necessita, assim como o educando, apreciar e valorizar o trabalho que está se propondo a realizar, buscando formação mais especializada, informações atuais, publicações acerca do assunto, sentindo-se parte integrante do processo, contribuindo para a diminuição dos inúmeros problemas que a ignorância sobre as consequências dos nossos atos de hoje podem causar ao planeta em um futuro bem próximo. Educar ambientalmente e para a cidadania é formar cidadãos críticos e reflexivos quanto a sua função "no mundo" e "com o mundo" (FREIRE, 1987), capazes de questionar o presente e propor um futuro mais justo e solidário.

Em uma educação com princípios freiriano, o educador deve estimular o pensamento crítico dos alunos, para que possam a partir de uma educação voltada para a conscientização, intervir na atual situação ambiental. Logo, a relação entre educador e educando deve ser horizontal, para que juntos possam construir o conhecimento, fazendo com que a educação não seje apenas um ato de depositar, ou transferir conhecimentos e sim uma prática que possibilite a construção do conhecimento e do desenvolvimento intelectual do educando. De acordo com o PCNs (1997), o papel do professor é de grande importância para a assimilação dos conteúdos.

> O papel do professor nesse processo é, portanto, crucial, pois a ele cabe apresentar os conteúdos e atividades de aprendizagem de forma que os alunos compreendam o porquê e o para que do que aprendem, e assim desenvolvam expectativas positivas em relação à aprendizagem e sintam-se motivados para o trabalho escolar. Para tanto, é preciso considerar que nem todas as pessoas têm os mesmos interesses ou habilidades, nem aprendem da mesma maneira, o que muitas vezes exige uma atenção especial por parte do professor a um ou outro aluno, para que todos possam se integrar no processo de aprender. (PCNs, 1997:48).

Os educandos constroem significados a partir de múltiplas interações. Cada aluno é sujeito do processo de aprendizagem, enquanto o professor é o mediador da interação dos alunos com os objetos de conhecimentos, e ainda assim o processo de aprendizagem dá-se pela interação dos alunos entre si, que se torna essencial à socialização dos mesmos.

5.6.1- A Educação Ambiental aplicada à prática escolar

Este assunto tem sido trabalhado por diversos profissionais e alunos do curso de economia doméstica em diferentes esferas educacionais. Para ilustrar pode-se destacar alguns trabalhaos realizados, apresentados no CBED (Congresso Brasileiro de Economia Doméstica).

Um dos trabalhos que teve grande contribuição para a Educação Ambiental, foi desenvolvimento de uma proposta lúdico-ecoambiental destinada a crianças na faixa etária de 6 a 8 anos, realizado no Caic Paulo Dacorso Filho, situado no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seropédica. Os conteúdos sobre meio ambiente e consumo consciente foram trabalhados em sala de aula usando embalagens pós consumo do alimento, através de atividades lúdico-ecoeducativas com o objetivo de conscientizar a população para a problemática do lixo intuito de sensibilizar e chamar a atenção da população para a problemática do lixo, este trabalho foi orientado pela professora Edilene Lagedo Teixeira.

Outro trabalho realizado por estudantes de Economia Doméstica da UFPE, no município de Jaboatão dos Guararapes, no qual contemplava estudantes do ensino fundamental de escolas municipais. Os encontros tinham como tema principal Educação Ambiental, que será dividido em quatro tópicos: meio ambiente, lixo e reciclagem, alimentação e desenvolvimento humano e educação sexual. Estes temas foram trabalhados através de aulas teóricas e práticas através de cartazes e vídeos educativos, fazendo com que os alunos percebessem a importância da preservação do meio ambiente, obtiveram hábitos alimentares mais saudáveis, incorporando à sua dieta alimentos mais nutritivos e saudáveis.

Ainda nesse contexto educacional uma outra forma de trabalhar a Educação Ambiental é através de atividades com a comunidade. Um outro exemplo foi o trabalho que teve como orientadora do projeto a professora Consuelo Salvaterra e foi realizado em Nova Sepetiba-RJ, junto ao Projeto Rondon-RJ, tendo como objetivo a promoção da cidadania, e da educação sócio ambiental, a melhoria da qualidade de vida. O trabalho era realizado sob forma de oficias artesanais, na qual a comunidade confeccionava peças através da reutilização de materiais plásticos, contribuindo assim para a diminuição da quantidade de lixo e contribuindo para a inclusão social.

Ainda para reforçar a atuação da Educação Ambiental nas escolas, serão apresentadas experiências em escolas em diferentes regiões do país, evidenciando como as atividades relacionada ao tema têm sido aplicada e assimilada não só pelos estudantes, mas também por toda a comunidade.

Para exemplificar essas práticas pedagógicas, pode-se citar a escola Municipal José de Anchieta situa-se na região do Morro do Céu, ao lado do lixão da cidade, no bairro do Caramujo, em Niterói,

Estado do Rio de Janeiro. Essa experiência foi retirada de um projeto[2], que teve duração de três anos. Esse projeto passou a fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola, de forma que estivesse associado à realidade da escola, possibilitando utilizar a questão do meio ambiente com as características da comunidade. Dentre os trabalhos e atividades realizadas na escola pode-se citar:

- ⇨ *Maquete da Região*. Com o apoio do professor de Geografia, no intuito de fazê-los conhecer melhor o local onde vivem, sua geografia, suas mudanças e problemas ambientais;
- ⇨ *Oficina Arte com Lixo*. Voltada para o aproveitamento de materiais reutilizáveis, de forma a estimular a sensibilidade dos alunos, com produção de peças de arte e utilitárias;
- ⇨ *Oficina de Teatro*. Dentro da temática do Teatro do Oprimido, esta peça tem como tema a escola e alguns problemas vividos por eles, tais como a sujeira e a depredação do espaço escolar, o conflito entre alunos, entre outros.
- ⇨ *Projeto Flora Local*. Alunos coletaram amostras de árvores e plantas da região para a confecção de uma coleção (herbário);
- ⇨ *Coleta Seletiva;*
- ⇨ C*aminhantes*. Caminhadas ecológicas regulares, acompanhados por um guia e professores de diversas áreas;
- ⇨ *Concurso de Poesias.* Com tema sobre meio ambiente, natureza e afins; entre outras atividades.

Outra escola[3] que pode-se observar como a Educação Ambiental tem sido trabalhada é a na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque, Vila Pio X, no Rio Grande do Sul. Nessa escola foi desenvolvido um projeto sobre ervas medicinais com a participação dos alunos, professores, as mães dos alunos e de alguns pesquisadores universitários. A escolha do tema explica-se pelo fato das mulheres da comunidade ter, como tradição, a prática de utilizar ervas como remédios na cura das doenças, por causa da distância da comunidade até farmácia mais próxima e também pelos bons resultados obtidos no trabalho dos agentes de saúde. Durante o projeto um agente comunitário foi à escola dar uma palestra sobre as plantas medicinais e ensinar a fazer duas pomadas caseiras. Os alunos do pré à 5ª série fizeram trabalhos e cartazes referentes às ervas estudadas e elaboraram uma bula para cada uma das pomadas fabricadas.

---

[2] Esta experiência foi retirada de um projeto realizado pelo Declev Reynier Dib Ferreira, cuja o nome do artigo é A PEDAGOGIA DE PROJETOS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA - UMA EXPERIÊNCIA, 2007.

[3,4] Experiências retiradas do Registro de projetos de Educação Ambiental na escola.

Outra experiência[4] aqui abordada é a da Escola Cônego João Leite Gonçalves de Andrade situa-se no município de Afogados da Ingazeira, no sertão do Alto Pajéu, Estado de Pernambuco. O projeto realizado na presente escola teve como objetivo ações integradas, buscando a participação de todos nas elaboraram o projeto Resgatar o Rio Pajeú, dever de todos, no qual era constituído por questões relativas à recuperação, respeito e conservação do meio ambiente. Este projeto era composto por três etapas. A primeira os alunos da 5° a 8° série realizaram uma pesquisa fotográfica do rio nos anos 60 e 70. Nessa época o rio era totalmente limpo, o rio desenhava-se como um espaço de convívio da comunidade, onde as pessoas nadavam, passeavam de canoa. Além de cumprir a função de lazer, o rio era ainda fonte de vida e de trabalho, fornecendo grandes quantidades de peixe aos moradores da região. Após o estudo das fotografias do passado, os alunos foram tirar fotos que retratassem a situação atual do Rio Pajeú. O resultado confirmou as visões da degradação da paisagem que os professores haviam percebido em 1996: acúmulo de lixo a céu aberto, nas margens e no leito, presença de animais alimentando-se de lixo, esgotos e resíduos de açougue lançados diretamente no leito do rio. A segunda etapa do projeto, os alunos e professores buscaram formas de ação para alterar esse quadro. A terceira etapa do projeto os alunos foram visitar trechos do rio, a Barragem de Brotas, construída em 1975 para abastecer a cidade, a Estação de Tratamento de Água (COMPESA) e a Composteira, local onde o lixo orgânico se transforma em adubo para ser utilizado na agricultura. Para compreender o processo de poluição do rio de vários ângulos, os alunos fizeram entrevistas com alguns representantes dos órgãos governamentais: a Secretaria de Obras, a Prefeitura.

Estes foram alguns relatos de experiências em escolas com práticas de Educação Ambiental. Com isso foi possível observar as diversas formas interdisciplinares que a Educação Ambiental pode ser trabalhada, atingindo assim não só os alunos, mas toda a comunidade local.

5.7- Como a Educação Ambiental está inserida na Economia Doméstica.

O profissional de Economia Doméstica trabalha essencialmente com a qualidade de vida da sociedade. Sua formação aplica conhecimentos técnico-científicos visando o bem estar em seus diversos ambientes, como físico, psicossocial e cultural. Através da integração da formação e os ambientes de atuação profissional, proporciona aos indivíduos e instituições soluções para os problemas ou necessidades no que tange o desenvolvimento humano, através das atividades desempenhadas por esse profissional, como planejamento, implantação, execução e avaliação de

programas, planos, projetos e pesquisas. (FREITAS; et al, 2006). Por ser um profissional que trabalha promovendo a qualidade de vida dos indivíduos, o economista doméstico está inteiramente ligado com a questão socioambiental na qual viemos nos referindo durante este trabalho. Logo, pode-se observar como a educação ambiental tem sido trabalhada em diversas áreas da Economia Doméstica, uma vez que o curso está sempre voltado para a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade.

Na área de Alimentação e Nutrição, a utilização do que seriam considerados restos de alimentos são altamente reaproveitados na culinária. Como cascas, sementes e talos, tudo o que seria descartado passa a ser matéria prima para a fabricação de um novo produto, com isso este procedimento irá fazer com que diminua a quantidade de lixo orgânico gerado. Muitas são as pesquisas desenvolvidas pelos profissionais na área de alimentação, voltadas ao reaproveitamento de alimentos. O reaproveitamento de casas de frutas, que são altamente ricas em nutrientes pode transforma-se em doces entre outros produtos, além de dar uma nova aparência essa tecnologia aplicada aos alimentos contribui para o consumo de integral desses alimentos.

Na área de vestuário e têxteis, trabalha os conceitos de educação ambiental, aplicando as técnicas dos três R, reutilizando, reaproveitado e reciclando. Vários trabalhos manuais são elaborados na disciplina Estilo e Criação na perspectiva da reciclagem. Tudo que poderia ser considerado lixo, passa a ter uma aparência e vira um produto que terá uma nova finalidade, atingindo assim os objetivos da educação ambiental, fazendo com que os alunos estimulem sua criatividade e contribuem para a diminuição do lixo. A garrafa pet demora mais de 100 anos para se decompor no meio ambiente, visado minimizar esse impacto que ela causa ao meio ambiente, as garrafas são utilizadas na criação de bolsas, brinquedos, camisas em malha de garrafa pet, objetos decorativo, entre outros que podem ser criados a partir desta matéria prima. Ainda na área de têxteis pode-se ver princípios de uma maneira sustentável na fabricação de sabões, e na elaboração de corantes alternativos.

Os conteúdos relacionados ao consumo consciente são abortados na disciplina Educação do Consumidor, na qual vê-se à questão do consumo exacerbado como uma forma que contribui negativamente para a degradação do meio ambiente. A disciplina aborda questões sobre como os consumidores devem ter consciência na hora da compra, uma vez que alguns produtos podem contribuir de forma negativa para o meio ambiente, como as bolsas de plásticos que já estão sendo substituídas pelas sacolas retornáveis.

Na área de Espaço e Administração Familiar, pode-se conhecer e entender a aplicação de materiais de construção alternativos e acessíveis à comunidade, uma vez que estes podem estar contribuindo para a preservação do meio ambiente. As disciplinas ajudam a perceber que o uso de

ecomateriais e de soluções tecnológicas inteligentes para promover o bom uso e a economia de recursos finitos (água e energia elétrica), vão contribuir para a redução da poluição e a melhoria da qualidade do ar no ambiente interno e o conforto de seus moradores e usuários.

Segundo o Conselho Federal de Economia Doméstica, em relação ao desenvolvimento rural e urbano o profissional deve ter conhecimento e ser responsável por planejar e executar, em instituições públicas e privadas, de estudos sobre a realidade das comunidades, atividades de apoio às funções de subsistência da família e comunidade com vistas ao desenvolvimento sustentável, e ainda assim o profissional está apto a participar integrando equipes em programas de Educação Ambiental.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi esclarecido no decorrer do trabalho monográfico o crescimento econômico foi visto como uma forma ideal de progresso durante algumas décadas. Um país economicamente industrializado era um país desenvolvido. No entanto, esse progresso trouxe não só o desequilíbrio ambiental, mas também a fome, a miséria e a desigualdade social. O crescimento tecnológico e o aumento da concentração de capital acabaram gerando um desequilíbrio social, tornando o que era denominado desenvolvimento passou a ser chamado de subdesenvolvimento. Devido a todos os problemas causados ao planeta, fez-se necessário o surgimento de uma postura ética para adequar o crescimento econômico com o uso dos recursos naturais, uma vez que estes são limitados e se não forem utilizados de forma racional poderão prejudicar a vida na terra.

A partir das leituras e pesquisas foi possível constatar que a maior forma de intervir no comportamento humano em relação ao meio ambiente, é pela educação e conscientização da população. Sendo assim a Educação Ambiental surge com essa finalidade, de intervir no comportamento e despertar no aluno o senso crítico diante das questões ambientais, para que estes possam se transformar em cidadãos conscientes.

Tendo em vista a capacitação que o profissional de Economia Doméstica tem em sua formação acadêmica e suas experiências relacionadas à educação ambiental ele está capacitado a intervir e contribuir para a qualidade ambiental da população, pois o profissional possui uma formação multidisciplinar que possibilita a sua compreensão para as questões sociais.

IV- REFERÊNCIAS

ABREU, Carlos. **Sustentabilidade? O que é Sustentabilidade?** Disponível em: http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade/ Acesso em: 07/09/2010.

_____. **Educação Ambiental – Qual a Função da Educação Ambiental?** Disponível em: http://www.atitudessustentaveis.com.br/conscientizacao/educacao-ambiental-qual-a-funcao-da-educacao-ambiental/ Acesso em: 07/09/2010.

_____**. O Conceito de Sustentabilidade em Empreendimentos da Construção Civil.** Disponível em: http: http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/conceito-sustentabilidade-empreendimentos-construcao-civil/ Acesso em: 07/09/2010.

ADAMS. Berenice Gehlen. **Um olhar pedagógico sobre a educação ambiental nas empresas.** Novo Hamburgo, 2005. Disponível em: http://www.apoema.com.br/EA-nas-empresas2.pdf/ Acesso em 10/08/2010.

BRASIL**. Lei nº 9.795, de 27 abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abril 1999. Disponível em: http:/www.mma.gov.br/ Acesso em: 26 jun. 2007.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRAZ, Daniele da Silva; DANSI, Selma Fabre; MAGALHAES, Consuelo Savaterra. **Lixo transformado em objetos de uso, o desafio da reutilização das embalagens de PET e materiais plásticos: relato de experiência.** Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Anais do XX

Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica e do I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica- Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Associação Brasileira de Economista Doméstico, 2009.

BOVO, Marcos Clair. **Desenvolvimento da educação ambiental na vida escolar: avanços e desafios.** Revista Urutágua. Nº13. Maringá, 2007. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/013/13bovo.pdf/ Acesso em: 11/09/2010.

BRUSEKE, Josef Franz. TEXTO 2**: O problema do desenvolvimento sustentável.** In: CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza: estudo de uma sociedade sustentável.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BUARQUE, Cristóvam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção de um futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CABRAL, Arlinda. **Pedagogia do Oprimido**. Rev. Lusófona de Educação n.5 Lisboa 2005. Disponível em: http://www.scielo.com/ Acesso em 21/08/2010.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** Editora Cultrix: São Paulo, 1982.

CAVALCANTI, Clovis. Desenvolvimento e natureza: estudo de uma sociedade sustentável. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COELHO, Leiliane Alves; TEIXEIRA, Edilene Lagedo; SOUZA, Gisele. **Educação Lúdico-ambiental:Uma proposta para as crianças de Seropédica/RJ.** Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Anais do XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica e do I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica- Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Associação Brasileira de Economista Doméstico, 2009.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. Novos estudos. - CEBRAP no.77. São Paulo Mar, 2007. Disponível em: www.scielo.br/ Acesso em 22/08/2010.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação ambiental nas escolas públicas**. Marechal Candido Rondon, 2007.

FERREIRA, Cristina. **A Interdisciplinaridade Da Educação Ambiental Nas Escolas: Agente Otimizador De Novos Processos Educativos**. Diponivel em: http://www.artigonal.com/ Acesso em: 08/09/2010.

FERREIRA, Declev Reybier Dib. **A PEDAGOGIA DE PROJETOS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA - UMA EXPERIÊNCIA.** Publicado na Revista Ambiente e Educação, v.7: 105-114: Editora da Furg – Rio Grande, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
_____. **Educação e Mudança,** 12ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Tatylene do Socorro Campos. **Gestão de resíduos sólidos urbanos municipais: da educação ambiental a reciclagem.** Disponível em: http://www.artigonal.com/meio-ambiente/ Acesso em 12/08/2010.

FURRIELA, Rachel Biderman. Educação para o consumo sustentável. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/ Acesso em: 21/08/2010

GIACOMINI FILHO, Gino. **Meio ambiente & Consumismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

GOMES, Daniela Vasconcelos. **Educação para o consumo ético e sustentável.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v.16, janeiro junho de 2006.

GUILHERME, Marcia Lucia**. Sustentabilidade sob a ótica Global e Local.** São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Caderno de pesquisa. São Paulo, 2003. http://www.scielo.com/ Acesso em: 07/09/2010.

LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MACARENHAS, Ana Débora. **Importância da educação ambiental para a sociedade sustentável.** Disponível em: http://www.artigonal.com/ Acesso em: 07/09/2010.

MELO, Ana Paula Bezerra. **A Educação Ambiental como instrumento na promoção da cidadania e qualidade de vida**. Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Anais do XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica e do I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica- Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Associação Brasileira de Economista Doméstico, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Coordenação Geral de Educação Ambiental**. Registro de projetos de educação Ambiental na escola.** Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ Acesso em: 11/08/2010

PESTANA, Ana Paula da Silva**. Educação Ambiental e a Escola, uma ferramenta na gestão de resíduos sólidos urbanos.** 2007. Disponível em: http://revistaea.org/artigo/ Acesso em: 12/08/2010.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMISTAS DOMÉSTICOS. Disponievl em: http://www.cfed.com.br/ Acesso em: 12/10/2010

ROHDE, Geraldo Mário. **Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado.** In: CAVALCANTI, Clovis. Desenvolvimento e natureza: estudo de uma sociedade sustentável. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Oteniel Almeida. **Educação Ambiental – histórico. Disponível em:** http://www.rejuma.org.br/ Acesso em: 08/09/2010.

SILVA, Edijania Neto. **Degradação ambiental (Edijania).** Paulo Afonso – BA. 2008.

THOMAZ, Antonio Jr. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos).** Presidente Prudente, 2009. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/ Acesso em 10/09/2010